

CEG 2009

Após as negociações ocorridas no último dia 29 entre as direções do Sintergia e da empresa, a CEG enviou correspondência ao Sindicato com duas propostas que devem ser analisadas na Assembléia que será realizada no próximo dia 5.

Veja, abaixo, as propostas:

Proposta A

- 1) Reajuste de 6,7% para os salários;
- 2) Reajuste dos valores de todos os benefícios também em 6,7%;
- 3) Elevação do auxílio funeral de R\$ 2.000,00 para R\$ 2.200,00 (+ 10%);
- 4) Elevação do teto salarial para conceder cesta básica dos atuais R\$ 1.863,00 para R\$ 2.074,00 (+11,3%);
- 5) Concessão de estágio aos três primeiros colocados no Colégio 1º de Maio, desde que haja vaga na especialidade.

Proposta B

- 1) Reajuste de 6,4% para os salários;
- 2) Reajuste dos valores de todos os benefícios também em 6,4%;
- 3) Elevação do auxílio funeral de R\$ 2.000,00 para R\$ 2.200,00 (+ 10%);
- 4) Elevação do teto salarial para conceder cesta básica dos atuais R\$ 1.863,00 para R\$ 2.074,00 (+11,3%);
- 5) Concessão de estágio aos três primeiros colocados no Colégio 1º de Maio, desde que haja vaga na especialidade;
- 6) Concessão de auxílio alimentação natalina no mês de dezembro de 2009, através de Cartão Alimentação no valor de R\$ 200,00.

Em ambas propostas fica garantida a retroatividade a 1º de maio dos reajustes, que se aplica a todas as verbas salariais (salário base, vantagem pessoal, diferença individual, férias, horas extras etc.), tíquete refeição, cesta básica e todos os demais benefícios previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

A marcação de nova reunião e a apresentação de nova proposta pela empresa são o resultado da demonstração de unidade e capacidade de mobilização da categoria, que deve ser a marca da Assembléia que vai decidir o futuro da Campanha Salarial.

Quem participa, decide!

ASSEMBLÉIA

Dia 5 de novembro de 2009, no Auditório do Sintergia

Avenida Marechal Floriano, 199/7º andar

1ª convocação – Às 16h30 – 2ª convocação – Às 17 horas

Do discurso da inovação à precarização do trabalho

O aviso acima faz parte de um dos textos que compõem o livro “**Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho**”, que dá uma noção da discriminação sofrida pelos trabalhadores terceirizados. Abaixo, entrevista da secretária de Relações do Trabalho, Denise Motta Dau, uma das organizadoras da publicação, ao Portal do Mundo do Trabalho

PMT - O que traz a publicação?

Denise - A publicação além de sistematizar o trabalho até então elaborado pelos ramos da CUT traz também a contribuição de docentes renomados. Na verdade é um diagnóstico teórico do ponto de vista dos pesquisadores com a intenção de subsidiar a ação sindical com contribuição dos metalúrgicos, construção civil, ramo financeiro, químicos, seguridade social, comércio e serviços, vigilantes e urbanitários.

PMT - Faça uma prévia deste diagnóstico?

Denise - Foi consenso que a terceirização traz a precarização e que este processo vai diferenciando e fragmentando os contratos de trabalho e conseqüentemente a fragilização da organização sindical. O livro traz argumentos que desmascaram o mito da terceirização para o trabalho especializado. Vários exemplos são citados com a mesma prática na atividade fim da empresa. Através do estudo fica impossível não enxergar que ela serve somente para precarizar as relações de trabalho. Os textos publicados trazem exemplos concretos de discriminação e diferenciação entre os trabalhadores contratados e terceirizados (texto de abertura) não só do ponto de vista macro de relações de trabalho, mas de questões básicas como acesso refeitório, vestiário, cesta básica, vale alimentação de trabalhadores no mesmo local de trabalho.

PMT - E a Democratização das Relações de Trabalho?

Denise - A terceirização se articula com o debate que a CUT faz sobre a Democratização das Relações de Trabalho. O debate de regulamentar a terceirização traz a importância dos sindicatos se colocarem como protagonistas no processo e representar este segmento de trabalhadores. Para isso, precisamos de uma legislação que assegure igualdade de direitos e

obrigue o empresariado a negociar com as entidades sindicais, o que ajudaria em muito a democratizar um pouco as relações de trabalho no Brasil.

PMT - O título remete à atualização do debate e perspectivas. Vocês conseguiram atingir este objetivo?

Denise: Sem dúvida. Além de promover a reflexão sobre o tema, reunimos informações importantes e bastante atuais sobre o posicionamento dos atores diretamente envolvidos nos processos de terceirização - trabalhadores, empresários e poder público, juntamente com diretrizes de ação que visam reverter a enorme precarização advinda do avanço da terceirização por todos os setores produtivos. Esperamos que livro contribua para avançar na concretização dos três eixos da nossa estratégia que são a organização e a representação dos trabalhadores; a negociação coletiva e regulamentação da terceirização e, também, para dialogar outros segmentos da sociedade que tratam do tema do trabalho.

PMT - Como será feita a distribuição do livro?

Denise: O livro foi editado em parceria com a Editora Annablume. Previmos uma tiragem para a CUT, a ser distribuída - um exemplar - gratuitamente para os sindicatos filiados e instâncias da Central. Parte já foi entregue durante o 10º CONCUT. Dado o nosso objetivo de dialogar com outros segmentos da sociedade os livros serão comercializados pela própria editora. Durante o lançamento que fizemos na livraria Martins Fontes, aproveitamos a oportunidade para as pessoas adquirirem. Estiveram presentes os autores convidados e os ramos de atividade que apresentaram contribuições ao livro por meio de artigos. As pessoas que compareceram ficaram bastante satisfeitas.